

Produção de Natureza no Pantanal

Sandro Menezes Silva

Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais – FCBA

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

O Pantanal é a região natural do Brasil, ou bioma, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ainda mantém o maior percentual de sua extensão em estado relativamente bom de conservação. Segundo dados do Projeto MapBiomas, em 2021 cerca de 83% da planície pantaneira ainda se mantem em boas condições de conservação, enquanto na região do planalto, onde localizam-se as nascentes dos rios que formam o Pantanal, esse percentual atinge somente 43%. Desde 1985, o Pantanal perdeu cerca de 3 milhões de hectares de áreas florestais e 2,3 milhões de hectares em formações savânicas, enquanto as áreas de ocupação agropecuária cresceram em 6,2 milhões de hectares.

Além dos seu bom estado de conservação, outras duas características fazem do Pantanal uma região única em termos de biodiversidade no Brasil: a grande diversidade de ambientes, inundáveis e não inundáveis, marcados por diferentes tipos de vegetação, e a abundância de algumas espécies de fauna, que em outras regiões do Brasil já são consideradas raras, como a onça-pintada, a arara-azul e o cervo-do-Pantanal.

A paisagem pantaneira é bastante variada, constituída por um mosaico de ambientes, nos quais a água, é o principal fator determinante. São diversas formas de vegetação, constituindo um verdadeiro mosaico, associadas aos corixos, às vazantes, a rios perenes ou temporários e lagoas de diferentes formatos, tamanhos e origens, como as baías, que mantém contato com os rios principais e apresentam vegetação aquática diversificada, e as salinas, alimentadas exclusivamente por água de chuva, sem contato com os rios, e sem vegetação aquática conspícua. Dentre os diversos tipos de vegetação e suas fitofisionomias, destacam-se os campos inundáveis, as formações de Cerrado (cerradões, cerrado senso restrito e campos cerrados), as florestas semidecíduas (na planície e nos encaves de morros em meio a esta) e a vegetação aquática, com plantas submersas, flutuantes e emergentes. As formações de Cerrado, com suas diferentes fisionomias, ocupa cerca de metade da área do Pantanal, notadamente nas áreas livres de inundações, como nas cordilheiras e capões. Nas áreas inundáveis, os ciclos de cheia e seca ocasionam mudanças sazonais na cobertura da vegetação, com grande variedade de formações, tanto herbáceas, como pode ser visto nos campos de vazantes, como arbóreas, ao longo dos rios e corixos, conhecidas popularmente como florestas ciliares. Destacam-se ainda as formações monodominantes, nas quais uma espécie é predominante, uma característica marcante da vegetação do Pantanal. São registradas cerca de 2.000 espécies de plantas no Pantanal, e quase 350 espécies de algas, porém esses números podem crescer na medida em que mais estudos sejam realizados em áreas ainda pouco conhecidas e pesquisadas na região.

Uma grande diversidade ambiental ocasiona uma alta diversidade de espécies, ocorrentes em cada um dos vários habitats que formam a planície pantaneira. Ainda que o Pantanal tenha relativamente poucas espécies endêmicas, possui grande populações de várias espécies animais carismáticas, que fora do Pantanal encontram-se ameaçadas, como a onça-pintada, a ariranha, a arara-azul grande, o cervo-do-

Pantanal, o tamanduá-bandeira e o tatu-canastra, ainda que essa espécie ocorra geralmente com baixa densidade populacional em outras regiões da América do Sul. Estimativas de riqueza da fauna pantaneira apontam para pouco mais de 150 espécies de mamíferos, quase 600 espécies de aves, 187 espécies de répteis, cerca de 80 espécies de anfíbios e em torno de 270 espécies de peixes. Esse conjunto de espécies, tanto de plantas como de animais, resulta de uma mistura de contribuições das diferentes regiões naturais que circundam a planície pantaneira, como a Amazônia ao norte e a Mata Atlântica a sudeste, ambas representantes da Floresta Tropical, o Cerrado a nordeste e leste, que representa o que, em nível mundial, é conhecido como Savana Tropical, e o Chaco a oeste, bioma que representa a Savana Estépica na América do Sul, que em escala continental, ocupa um território de cerca de 1.140.000 km², sendo somente 4% no Brasil.

Essa combinação única, de bom estado de conservação com uma biodiversidade única, habilita o Pantanal a ser uma região em que o conceito de Produção de Natureza pode ser posto em prática, contribuindo tanto para sua conservação, como para a geração de benefícios para as populações que vivem na região e em sua zona de influência. A expressão Produção de Natureza foi trazida para o cenário científico pelo biólogo Ignacio Jimenez Pérez, em um livro publicado em português em 2019, no qual relata diversas experiências exitosas de aplicação do termo, em várias partes do mundo. A ideia básica parte da necessidade de recuperar áreas naturais que perderam suas características de biodiversidade devido à ação humana, para, a partir de ambientes restaurados e funcionais, implementar atividades relacionadas à visitação, visto que já está comprovado cientificamente que a espécie humana precisa reconectar-se à natureza, o que traz diversos benefícios para sua saúde física e mental. Em relação especificamente a esse último aspecto, dos benefícios que a natureza traz para a saúde humana, cabe destacar alguns pontos importantes para o entendimento do conceito de Produção de Natureza.

Estudos científicos têm mostrado que pessoas que passam ao menos duas horas por semana em áreas naturais tendem a declarar uma melhoria na saúde física e mental quando comparado com as que não tem essa oportunidade. Ao mesmo tempo, há evidências científicas que o hábito de frequentar áreas verdes reduzem os níveis de cortisol, hormônio que ajuda o organismo a controlar o estresse, além de reduzir inflamações, auxiliar no bom funcionamento do sistema de imunidade, equilibrar os níveis de açúcar no sangue e a pressão arterial. Seja para a prática de atividades físicas, seja para possibilitar a socialização, as áreas naturais têm um imenso potencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas, especialmente daquelas que vivem nas cidades. Estima-se que pouco mais da metade da população mundial viva nos centros urbanos, sendo que especificamente no Brasil, esse valor passe de 80%; sendo quase 60% em somente 6% dos municípios do país. Essa concentração populacional urbana gera pressões sobre as áreas naturais localizadas no interior ou nas zonas circundantes das cidades, o que pode comprometer a quantidade e qualidade dos serviços ecossistêmicos prestados por essas áreas, dentre os quais, os benefícios culturais e espirituais, considerados imateriais e, portanto, de difícil valoração.

Além das áreas verdes urbanas, o Brasil ainda conta com um conjunto numeroso e diverso de áreas naturais protegidas em todas as suas regiões naturais, que podem servir de locais para manter ou restabelecer o contato com a natureza, dentre as quais se destacam as unidades de conservação. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC - Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000), define essas áreas como espaços territoriais com características naturais relevantes e limites

definidos, instituídas pelo Poder Público, tanto em nível federal, como estadual e municipal, e sob regime especial de administração, cujo objetivo principal é a conservação da biodiversidade. Dentre as várias categorias de unidades de conservação, algumas têm entre seus objetivos secundários a visitação pública, com possibilidade de realização de diversas atividades recreativas ao ar livre, como observação da natureza, caminhadas, pedaladas, escaladas e canoagem, entre outras.

Estudos recentes mostram que os parques brasileiros, a categoria de unidade de conservação que mais recebe visitantes no Brasil, têm uma enorme contribuição na geração de receita para as regiões em que estão localizados, com um potencial imenso ainda a ser devidamente explorado. A ideia central relacionada a esse potencial, que está na base do conceito de Produção de Natureza, é que áreas naturais bem conservadas, com fauna e flora diversas, atraem a visitação pública, e que esses visitantes demandam serviços como hospedagem, alimentação, guias, condutoras e transporte, entre outros, que necessariamente passam pelo fortalecimento da mão de obra local, e isso gera um impacto econômico que incentiva as comunidades locais para engajar-se na proteção da natureza. A visitação turística dá visibilidade para a necessidade de conservação, tendo a comunidade um papel importante na formatação dos atrativos a serem visitados, transformando assim o patrimônio natural em matéria prima para a produção local. Assim, forma-se um ciclo virtuoso que, devidamente monitorado, avaliado e retroalimentado, permite que a natureza seja conservada, gerando renda, empregos e bem estar para as comunidades relacionadas, que acabam transformando-se nos grandes guardiões das áreas naturais protegidas e da biodiversidade regional.

Para se ter uma ideia do tamanho que a visitação em unidades de conservação no Brasil tem, os dados de 2019, período pré-pandemia de Covid 19, mostram que nas 137 áreas que têm atividades de visitação monitoradas pelos órgãos gestores, foram contabilizadas mais de 13,1 milhões de visitas, sendo cerca de 75% desse valor concentrado em somente oito unidades. Mediante estimativas para outros 202 parques que não dispõe de registros de visitação, chega-se a mais de 13,7 milhões de visitas nesse ano. Só para ter uma base de comparação sobre esses números, a área protegida mais visitada nos Estados Unidos em 2021, a Estrada Parque Blue Ridge, recebeu quase 16 milhões de visitantes, enquanto o sistema de parques estadunidense, como um todo, recebeu quase 300 milhões de visitantes. Os Estados Unidos têm sido, desde a criação do seu primeiro parque nacional, no final do século 19, um exemplo de como as áreas naturais protegidas atuam como vetores para a movimentação econômica nas regiões em que se localizam, com diversos exemplos de pequenas cidades e vilas que existem, e subsistem, graças à atividade gerada pela visitação com finalidades recreativas nessas áreas. Cabe ressaltar que o Brasil, com sua megadiversidade, poderia também ser uma referência em visitação às áreas naturais protegidas, faltando políticas públicas e incentivos para que seus parques e demais unidades de conservação assumam o devido papel de destaque como produtores de natureza. Alguns pontos importantes que devem ser considerados para alavancar esse processo são o engajamento da iniciativa privada, por meio de parcerias para a manutenção, proteção e monitoramento das áreas protegidas, além do provimento de serviços específicos que não cabem aos órgãos públicos, responsáveis pela gestão dessas áreas, o desenvolvimento de grupos de atrações turísticas, nos quais as áreas naturais protegidas são o atrativo principal, mas que geram benefícios para prestadores de serviços locais, inclusive com o desenvolvimento de outros atrativos próximos, o desenvolvimento da infraestrutura necessária para facilitar o acesso e a circulação na região da área natural protegida, e a promoção e divulgação dos destinos,

usando os diversos meios disponíveis atualmente, fundamentais o fortalecimento de toda a cadeia do turismo, especialmente devido à forma como as áreas naturais ocupam o imaginário dos seus potenciais visitantes.

Outros países que se destacam em relação ao papel que as áreas naturais protegidas têm na geração de benefícios econômicos e sociais para as comunidades relacionadas são a África do Sul, a Namíbia, o Quênia, Botsuana, a Tanzânia e o Zimbábue, no continente africano, a Nova Zelândia, na Oceania, a Costa Rica, na América Central, a Índia, na Ásia, e a Argentina e Chile, na América do Sul. Só para se ter uma ideia da importância que o turismo tem no Produto Interno Bruto (PIB) de alguns desses países, na Nova Zelândia ele representa 15% do PIB, na Costa Rica 12%, na Tanzânia 11,7%, na Argentina 9,2%, no Quênia 8,2%, e no Brasil, 7,7%, valor próximo à África do Sul, que é de 7%. O que esses países têm em comum? Áreas naturais protegidas biodiversas e estruturadas para receber os visitantes que as procuram, notadamente, para observação de vida silvestre, feita de diversas formas, como em safáris a bordo de veículos automotores, caminhadas, pedaladas ou cavalgadas, acompanhados por condutores e guias locais, que conhecem muito bem a realidade regional e sua biodiversidade, e que dispõe de uma estrutura de suporte para visitantes que provê adequadamente as condições mínimas de permanência, como hospedagem, alimentação e transporte, próximas às regiões de interesse para visitaçãõ.

Algumas projeções realizadas com base na situação atual de visitaçãõ das áreas naturais protegidas brasileiras em relação ao potencial que apresentam se devidamente planejadas e abertas à visitaçãõ recreativa, apontam para um impacto de 44 bilhões de reais no PIB do país, com 56 milhões de visitantes ao ano. Conforme estudos de valoraçãõ das unidades de conservaçãõ brasileiras cerca de 22 mil empregos são gerados a cada R\$ 1 bilhão de impacto dessas áreas no PIB, com uma estimativa que quase um milhão de empregos podem ser gerados com o aumento na participaçãõ da receita dessas áreas no PIB do país.

No Brasil, algumas iniciativas voltadas para implantaçãõ do conceito de Produçãõ de Natureza estãõ em curso no sul do país, naquilo que foi denominado de “Grande Reserva Mata Atlântica”, e no Pantanal, por meio de ações coordenadas por organizações da sociedade civil que atuam na regiãõ. A “Grande Reserva Mata Atlântica” é uma iniciativa de conservaçãõ e desenvolvimento que abrange mais de dois milhões de hectares de áreas naturais praticamente contínuas, entre os estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Nessa área vivem diversas espécies animais carismáticas e ameaçadas de extinçãõ, como a onça-pintada, o mico-leão-da-cara-preta, o papagaio-de-cara-roxa e o muriqui-do-sul, que por si só representam atrativos importantes para os visitantes que procuram a regiãõ. Além de promover a conexãõ dessas áreas, essa iniciativa promove ações voltadas à proteçãõ do patrimônio natural, histórico e cultural, aliadas ao desenvolvimento regional da regiãõ por meio do incentivo à visitaçãõ dessas áreas, com o envolvimento dos diversos setores da sociedade, como o setor privado, os órgãos públicos, os moradores da regiãõ, e os pesquisadores e estudiosos. Esse esforço conjunto garante que a regiãõ seja cada vez mais fortalecida, com o estabelecimento de objetivos compartilhados que garantam um futuro para a Reserva, com benefícios para toda a humanidade.

No Pantanal, destaca-se os trabalhos coordenados pelo Instituto Homem Pantaneiro, que têm envidado esforços para formar parcerias que garantam a proteçãõ da regiãõ, a mais bem conservada do Brasil, e ao mesmo tempo atraiam visitantes que busquem contato com a natureza, ao mesmo tempo em que têm oportunidade de ver espécies da fauna raras em outras regiões do país, em um conjunto de paisagens

peculiar, fruto de uma combinação única de fatores ambientais relacionados à localização da região e ao seu regime de inundação. A onça-pintada, o maior predador do continente americano, tem papel central nessa estratégia, o que permite ainda aos visitantes conhecer outras espécies carismáticas da fauna pantaneira, já relatadas acima, e um pouco da cultura pantaneira, também bastante valorizada nessa experiência. A visitação turística com finalidade de contemplação da natureza depende da integridade ambiental da região, como parte do seu capital natural. Para que o Pantanal continue sendo um importante destino turístico para aqueles que procuram a natureza conservada, é necessário um grande esforço para o desenvolvimento de políticas públicas e ações coordenadas que busquem compatibilizar as diversas atividades e os interesses na região, numa agenda baseada na sustentabilidade das atividades econômicas, pilar da ideia de Produção de Natureza.

Bibliografia consultada

Ana H. B. M. Fernandes, A. H. B. M.; Catella, A. C.; Soriano, B. M. A.; Urbanetz, C.; Cardoso, E. L.; Fernandes, F. A.; Bergier, I.; Comastri, J. A.; Salis, S. M.; Tomas, W. M. (2019). Bioma Pantanal: oportunidades e desafios de pesquisa para o desenvolvimento sustentável. In *Biomass e agricultura: oportunidades e desafios*. Vertente Edições. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/338487995_BIOMA_PANTANAL_oportunidades_e_desafios_de_pesquisa_para_o_desenvolvimento_sustentavel

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (2000). SNUC - Sistema Nacional de Unidades de conservação: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. São Paulo, 2ª edição ampliada. 76 p. Disponível em http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_18_2ed.pdf

Freitas-Junior, D. S., Frota, A. V. B., Vitorino, B. D., & Silva, C. J. (2021). Scientometric analysis of Ecotourism in the Pantanal wetlands. *Research, Society and Development*, 10(11), e413101119375-e413101119375. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/19375/17669>

Hohlenwerger, C. (2021). Quais benefícios a natureza traz para a sociedade em 7 pontos. *Nexo: políticas públicas*. Acessado em 22/11/2022, disponível em <https://pp.nexojournal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2021/Quais-benef%C3%ADcios-a-natureza-traz-para-a-sociedade-em-7-pontos>

Instituto Semeia (2021). Parques como vetores de desenvolvimento para o Brasil: Ecoturismo e potencial econômico do patrimônio natural brasileiro. Semeia, São Paulo. 61 p. Disponível em https://semeia.org.br/arquivos/2021_ParquesComoVetoresdeDesenvolvimentoParaoBrasil.pdf

Junk, W. J., Da Cunha, C. N., Wantzen, K. M., Petermann, P., Strüssmann, C., Marques, M. I., & Adis, J. (2006). Biodiversity and its conservation in the Pantanal of Mato Grosso, Brazil. *Aquatic Sciences*, 68(3), 278-309. Disponível em https://idp.springer.com/authorize/casa?redirect_uri=https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s00027-006-0851-4.pdf&casa_token=s3ec4pTjAncAAAAA:nbNz5rzwGC9MPHKQ99QKNvqyZZdRH1_sEC-qZmEWony82xeuE9hJ7DLH6jD4bU5cDzQGvFLQq3O9JClig

Ministério do Meio Ambiente – MMA (2021). Painel Unidades de Conservação Brasileiras. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoimGNmMGY3NGMtNWZlOC00ZmRmLWExZWItNTNiNDhkZDg0MmY4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBINyJ9&pageName=ReportSection0a112a2a9e0cf52a827>

Pérez, I. J. (2019) Produção de Natureza: parques, rewilding e desenvolvimento local. Curitiba: SPVS. Disponível em <http://www.spvs.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Producao-de-Natureza.pdf>

Projeto MapBiomias – Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Pantanal - Coleção 7 (2022). Acessado em 21/11/2022 pelo link: <https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/pages/FactSheet-Pantanal.pdf>

Young, C. E. F.; Medeiros, R. (2018) Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 180p. Disponível em <https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Quanto-vale-o-verde.pdf>